

# O REBELDE SEM CAUSA?

Samuel Costa Filho\*

*A independência econômica anda de mãos dadas com a independência política. Ao desejar a independência, não somos diferentes de outros povos, como os EUA. Alguns podem chamar isso de nacionalismo e é o que realmente é: respeito, lealdade e entusiasmo pelo país, além de legítimo otimismo e confiança em relação a seu futuro.*

(Walter Gordon, ex-Ministro das Finanças canadense, In: Paulo Nogueira Batista 1995)

A reforma realizada no currículo de Ciências Econômicas durante os anos 80, ao complementar o pluralismo teórico com os três principais paradigmas, tornou a convivência em alguns cursos de economia altamente explosiva. Há cerca de 8 anos se ouve em conversas entre alguns professores, pelos corredores do CCHL e até em reuniões de departamento do Curso de Economia, que o atual currículo, por priorizar diversas disciplinas dos clássicos da economia, da História do Capitalismo e de Formação Econômica, em detrimento de outras ligadas ao setor privado ("cada vez mais importantes na atualidade"), tem sido o principal responsável pela dificuldade no ingresso dos formandos em economia da UFPI no mercado de trabalho. Argumentam ainda, que o empresariado piauiense possui uma demanda por profissionais dessa área em um número bastante expressivo, todavia, não encontra pessoal com as habilidades necessárias para exercer as funções.

Ao retornar recentemente de Campinas-SP, além de me deparar com o mesmo discurso, constatei também a iniciativa de reformulação do atual currículo para retirada de algumas disciplinas do tronco básico, as quais não fazem parte da visão do "mainstream". Por não acreditar que o problema da dificuldade de ingresso no mercado de trabalho se resume simplesmente a esse ponto, estando ligado a diversos fatores, dentre os quais ser uma característica comum vivenciada pelos novos profissionais das mais diversas áreas, resolvi escrever, em parceria com o professor Luis Carlos Cruz Puscas, um artigo para o Informativo Econômico defendendo que "cada campo teórico deve fazer parte do currículo, pois tem muito a contribuir na formação profissional dos economistas".

Nosso objetivo e interesse era abrir um debate com os colegas professores, para que eles apresen-

tassem suas propostas, pois vivem afirmando ser necessário a adequação do currículo às demandas do empresariado piauiense. Desse modo, estávamos pretendendo, por um lado, manter o núcleo comum do parecer nº. 375/84 (que recentemente foi reafirmado no último congresso da ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia em Natal-RN), e também, por essa matéria utilizada na avaliação dos currículos pelo provão do MEC (em decorrência e devido às especificidades dos diferentes cursos de economia espalhados por todo o Brasil). Por outro lado, tocar no real problema do nosso currículo, ou seja, definir as nossas especificidades (qual linha ou tendência do economista formado pela UFPI), que para nosso entendimento representa o "X" da questão. Por oferecermos diferentes disciplinas eletivas que não guardam coerência entre si para denotar uma linha, tendência, ou uma clara especificidade, os colegas que questionam o currículo do curso e/ou os alunos, sentem a falta do direcionamento para o mercado privado, ou querem uma formação voltada para determinada especificidade (formação de especialistas).

Alertávamos, porém, para o fato de que atualmente as empresas já estavam procurando e exigindo, cada vez mais, trabalhadores versáteis e com sólida formação humanística e cultural. Como a grande maioria já deve ter notado, sendo até comum ler em revistas e jornais, dentro de pouco tempo não mais vai valer a pena ser especialista, e que a habilidade mais valorizada será reunir conhecimentos nas várias áreas com muita criatividade, ou seja, a procura por profissional eclético, que possua conhecimentos em mais de uma especialidade. Os novos profissionais precisarão ter criatividade, capacidade de inovação e visão humanista.

Para nossa agradável surpresa, parecia que o professor William Jorge Bandeira, no artigo "Da pertinência

do currículo ao mercado de trabalho do economista (Uma Crítica)", teria resolvido aceitar o debate sobre o nosso currículo, apresentando as suas propostas. Porém, para nossa decepção, o Prof. Bandeira resvalou e se dirigiu para a vala comum da crítica vazia, que somente objetiva desqualificar todo aquele que tenta discordar das suas idéias, inicialmente, apresentando um pseudo-conhecimento, ao realizar observações sobre o método, pertinência das teorias, inserção no mercado de trabalho, e até partindo para um ataque de outro texto de minha autoria "Globalização Financeira e Capitalismo Selvagem".

Não é de minha conduta e nem deve ser comportamento de professores e cientistas, disputa que procure somente desqualificar o trabalho, as idéias ou pensamento divergente. Se assim o fosse, predominaria o pensamento único, e a ciência nunca teria avançado. Devemos, sim combater uma idéia, tese ou teoria, propondo outra melhor. Afinal não foi dessa maneira que os Clássicos superaram as idéias Mercantilistas; que Keynes sobrepõe-se ao liberalismo; que Milton Friedman recuperou a importância da moeda e que os neoliberais tentam, nos dias atuais, recompor as forças e o papel do mercado. Aliás, gostaria de lembrar ao nosso "crítico" que "nenhuma controvérsia importante na teoria econômica foi resolvida através do teste ou da mensuração empírica. As controvérsias resolvem-se não porque uma das teorias é falsificada, mas porque a outra comanda maior poder de convencimento" (Nogueira da Costa, 1999).

Ocorre que a tentativa de "crítica" do professor William Jorge Bandeira, revelou antes de tudo, fraquezas, debilidades e imperfeições. Desde o início de suas observações, quando trata das três correntes, o nosso "crítico" incorre e comete erros grosseiros para quem

pretende ser tão exigente. Um primeiro exemplo acontece quando trata do pensamento de Keynes. O professor escreve: "Seu método se vale da psicologia social na formação de "comportamento convencional", no qual as decisões capitalistas sobre investimento em capital físico, em títulos financeiros, em consumo e outras decisões que envolvem tempo e RISCO, dependem do estado de espírito do investidor (disposição de correr RISCO) e do clima geral em relação aos negócios, os quais inspiram maior ou menor confiança no futuro ou ainda, determina maior ou menor incerteza nas previsões realizadas, as quais são determinadas na tomada de decisão dos homens de negócios".

**É conveniente lembrar nosso "crítico" que, para KEYNES, existe uma diferença básica entre os conceitos de incerteza e risco.** Keynes definiu o conceito de conhecimento "incerto" para os problemas em que não existe qualquer base científica para um cálculo probabilístico. Em um contexto de incerteza os agentes econômicos nada podem projetar para o futuro. Já o conceito de risco tem uma base científica, ou seja, pode ser quantificado através de um cálculo probabilístico. Assim, para Keynes, a incerteza terá papel preponderante no processo econômico, pois em face da incerteza, os agentes buscam defender-se da possibilidade incalculável de que decisões cruciais levem a perdas irreversíveis.

Dessa forma, para Keynes e seus seguidores, **assim como a preferência pela liquidez, as decisões de investimento mais importantes (Decisões cruciais) em uma economia capitalista, são tomadas dentro de um contexto de incerteza** (que incorpora a noção do tempo) e relativo grau de desconhecimento pelos agentes. As firmas, cujas decisões são essencialmente especulativas, sofrem com a **incerteza** sobre o comportamento dos mercados, quanto aos frutos de suas decisões, tomadas muito antes, estiverem maduras. Da mesma maneira, os consumidores também trabalham sob **incerteza** nas suas tomadas de decisões (Garcia, 2000).

Deixando de lado os paradigmas, comentemos outros equívocos e escorregões realizados pelo nosso "crítico" quando do tratamento da questão do currículo. Este currículo diz respeito à parte do curso que trata das disciplinas obrigatórias e complementares. Assim, é a retirada

de disciplinas históricas ou marxistas, Kalecki, etc., que tem sido reclamada por alguns professores que se dizem ligados ao setor privado. Dessa forma, as modificações reclamadas dizem respeito à questão ideológica e afirmação da superioridade do paradigma ortodoxo, bem como, da inclusão e retirada de diferentes disciplinas não ligadas ao paradigma dominante.

Todavia, a crítica do prof. William se dirigiu para luta pela sua correta aplicação (segundo o nosso crítico: "... é importante questionar como estão sendo ministradas as disciplinas teóricas? E se as mesmas são praticadas em disciplinas apropriadas? Existem continuidade e integração entre as disciplinas? Os alunos têm plena consciência dos pré-requisitos?...). Esse problema é e era do nosso conhecimento e interesse, afinal havíamos escrito "... apesar dessa mesma avaliação assinalar a deficiência em termos físicos, material pedagógico, biblioteca e até do corpo docente da nossa Universidade".

Acontece, que todos esses pontos levantados pelo professor dizem respeito à implementação, acompanhamento e avaliação permanente do currículo, formação do quadro de professores do Curso de Ciências Econômicas da UFPI, etc., tarefa que cabe ao Departamento através de sua Chefia (função, aliás, já exercida pelo nosso "crítico" durante a vigência do atual currículo), à Coordenação do Curso e de todo o quadro docente dos departamentos e discente do curso, nada tendo a ver com a retirada ou inclusão de disciplinas do currículo. Como nosso objetivo era a defesa da permanência dos três paradigmas, não víamos por que tratar desse problema e das deficiências na operacionalização. Esclarecendo: uma coisa é a discussão do currículo de economia, o qual abrange todos os cursos do país, a outra diz respeito a operacionalização desse currículo em cada unidade de ensino. Todos esses pontos devem ser solucionados no âmbito da universidade, não sendo o Informe Econômico o lugar adequado para a questão ser resolvida.

Quanto ao resultado **B** dos alunos da UFPI no provão de 1999, serve para salientar que se o currículo sofresse de graves imperfeições e não tivesse adequação razoável ao exigido e solicitado a nível nacional, por melhor que fosse a turma de concludentes, o resultado dificilmente

seria atingido. Quanto à manutenção do conceito, a avaliação do curso pelo MEC serve justamente de alerta para que sejam procedidas as reformas bem como os aperfeiçoamentos necessários. Infelizmente, nosso "crítico" não vem acompanhando as recentes iniciativas e medidas que a coordenação e o departamento vêm tomando na busca de melhoria da qualidade.

No que diz respeito a influência de Reagan e Thatcher que nosso crítico "parece" desconhecer, gostaria de aconselhá-lo a ler Paulo Nogueira Batista (1995:68), In: Em Defesa do Interesse Nacional (Paz e Terra). Nesse texto, bastante conhecido, afirma: "*A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da administração Regan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse*".

Nessa mesma linha, citaremos mais dois exemplos:

1- François Chesnais (1997:15) no artigo "Mundialização do Capital, Regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o Neoliberalismo", In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, (Sete Letras), e 2 - Maria da Conceição Tavares (1995:68) no artigo "O Dissenso de Washington", In: Em Defesa do Interesse Nacional (Paz e Terra), dentre outros.

Porém, o ponto da crítica mais importante no artigo "A Dita Economia Moderna", diz respeito ao ingresso no mercado de trabalho. Hoje em dia é negável a dificuldade do ingresso da grande maioria dos ex-universitários no mercado de trabalho. Por vivermos em uma economia capitalista de mercado, num contexto de crise do Estado em todos os níveis (mas pode-se pensar também num contexto em que não haja crise do Estado) é lógico, claro e evidente que as maiores chances de emprego têm necessariamente que estar e ser no âmbito da iniciativa privada. O nosso crítico descobriu o óbvio!

No sistema capitalista é o mercado privado o local que possibilita a maior oportunidade de ingresso da força de trabalho.

O ponto essencial, e que diz respeito à formação desse profissional, e que, também, vem sendo há vários anos questionada por alguns colegas fica em aberto. Ou seja, gostaríamos de saber e que não foi apresentado, quais seriam as disciplinas, ementas e programas necessários para formar os profissionais para iniciativa privada piauiense, se esses professores teriam interesse e condições de ministrar essas novas disciplinas, se seria necessário à contratação de novos professores, etc.. E, afinal, devemos formar técnicos nas exigências conjunturais do mercado de trabalho do Piauí, ou formar economistas cidadãos para atuarem eticamente em qualquer parte do país e do mundo, inclusive no Piauí?

O Departamento de Ciências Econômicas da UFPI possui entre oito ou nove professores ligados à área da iniciativa privada, com 40 horas e até DE (Dedicação Exclusiva - apenas dois em regime parcial de 20 horas), que devido a suas reclamações já deviam pelo menos ter realizado alguma pesquisa para (usando as palavras do nosso "crítico"):

1- Descobrir as reais necessidades de qualificação do economista requeridas pelos empresários e,

2- Adequar os profissionais a estas necessidades", que respaldassem suas afirmações e apresentadas a este departamento possibilitasse uma reforma. Pois, nossas obrigações para com a UFPI não se resumem somente a ministrar no curso de graduação.

No que diz respeito ao artigo "Globalização Financeira e Capitalismo Selvagem", meu "crítico" afirma que o mesmo se tornou bastante confuso, que fiz uma salada que inclui a imprensa, as elites e a classe média, além da cultura americana e a própria política de estabilização. Acrescenta ainda o fato ter deixado em aberto a periodização e o tipo de análise em pauta, ter de maneira descuidada utilizado de dados do BIRD e falar de um misterioso "projeto nacional". Como defendo a não inserção passiva da economia nacional (**nacionalista exacerbado**) estou a perigo de engrossar as fileiras do movimento dos "militantes antiglobalização", conhecidos como "**os rebeldes sem causa**".

Essa atitude crítica e arrogante, ao discordar dos posicionamentos e

desqualificar o artigo, é parecida com as dos liberais dos anos 90, do nosso último governante supremo e de suas autoridades econômicas, que ironizavam e procuravam desqualificar seus críticos chamando-os de neobobos, retrógrados e atrasados ("dinossauros"). Ocorre que o professor William Bandeira, numa visão conservadora, não acrescenta nada ao debate, somente defende o aprofundamento das reformas do Estado, trabalhista, previdenciária, tributária, e achando bem sucedida a política de Privatização e de tarifas externas. Esqueceu o professor, que nessa e noutras questões seu ponto de vista somente faz propagar servilmente o ideário dominante. **É a opção pela alternativa à mediocridade.**

O prof. Jorge Bandeira incorre em outro erro por acreditar que a realização das reformas liberais significa ausência de projeto nacional de desenvolvimento do atual governo. A opção de Collor/FHC, estava e está assentada nessa política de integração passiva que levaria o Brasil ao bloco de países centrais. O atual governo sempre realizou e aprovou as reformas do seu interesse. Conta e contou sempre com a maioria esmagadora do congresso e governa através de medidas provisórias. Chegou ao cúmulo do absurdo de jogar a população contra o Congresso Nacional, questionando e colocando defeitos e dificuldades no limite de 2/3 para reforma constitucional.

A tese do professor William Jorge Bandeira segundo a qual o Brasil apresenta ausência de um projeto nacional de desenvolvimento não encontra respaldo na prática. Essa foi à situação dos anos 80. Nos anos 90 a história é outra. O projeto é justamente não ter projeto, deixar para o "mercado" e ao capital externo o comando e definição do processo. Gostaria também de alertá-lo para o fato de que:

*"A concentração econômica e a desnacionalização, ocorridas durante o governo FHC, tenderão a comprometer cada vez mais a capacidade da sociedade brasileira de maximizar a relação benefício/custo econômico associada à presença do capital estrangeiro no país. E, mais importante ainda, nesta relação entre economia e política está comprometido o futuro do Estado-nação e da sociedade brasileira."* (Gonçalves 1999:194. Recomendo a meu "crítico" a leitura do livro "Globalização e Desnacionalização" do prof. Reinaldo Gonçalves da UFRJ).

Quanto a necessidade de realizar ou aprofundar as reformas para que se viabilize o dito projeto (tributária, estado, trabalhista, previdenciária, etc.) e nos coloque de acordo com o novo padrão de desenvolvimento que se afirma e tendo em conta interesses nacionais, é justamente essa a linha utilizada e seguida há bastante tempo pelo atual governo, que se diz impedido de caminhar mais rápido nessa direção devido à oposição e os demais dinossauros brasileiros. O que eles não demonstram é que o atraso constatado na realização das reformas tributária, social e administrativa indicou a ausência de maior convergência política no núcleo de poder (Mattoso & Pochmann, 1998).

Falha novamente ao me denominar de "**Rebelde sem Causa**". Afinal, nós vivemos num país que apresenta uma estrutura de concentração de riqueza e renda de tal magnitude que consegue superar a de países como Costa Rica, Uganda, Malásia, Zâmbia, Quênia e Botswana. (Costa Filho, 1998). A remuneração total do trabalho somente na presente década caiu de 46,5% do PIB em 1990 para 37,1% em 1998 e mesmo dentro da massa assalariada as disparidades de renda são enormes. Acrescente-se o fato de que durante a década passada já vinha ocorrendo esse processo. Neste contexto, existem poucos rebeldes frente à dura realidade social no Brasil.

Não existem rebeldes suficientes para revelar e enfrentar a crítica realidade social brasileira. Afinal, de acordo com PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil era o 62º entre 174 nações em 1995. Com a nova metodologia do IDH, o Brasil passou a ocupar apenas a 81ª posição naquele ano e 1997 estava em 79ª posição em termos mundiais. Embora já tenha atingido a nona posição dentre os países do mundo em produção de riqueza.

Além desses fatos, como também não se rebelar e ficar passivo diante da atitude dos "economistas laranjas" ou "nouveaux économistes" que fazem de sua curta passagem pelo governo brasileiro via e trampolim para venda de seus serviços ao capital internacional e de enriquecimento rápido e fácil às custas do Estado e da nação.

Como ser acusado de "rebelde

sem causa” e ficar passivo e alheio diante da política de elevação na precarização do mercado de trabalho brasileiro, que aumentou a taxa de informalidade de 40% em 1980, para 52% em 1990 e 56% em 1995. Tendo ainda o Brasil promovido a exportação de mais de 1,2 milhões de empregos industriais para os países desenvolvidos, quando da abertura econômica e da inserção passiva na globalização, segundo o estudo do economista Márcio Pochmann (1999). Por esse motivo, passamos da 11ª. colocação mundial em desemprego em 1989 com 1,9 milhões de desempregados, para a 4ª. colocação em 1998, com 6,6 milhões

São poucos os rebeldes que estão e/ou ficaram contra o debilitamento fiscal, financeiro e de arbitramento da política e econômica que sofre e sofreu o Estado brasileiro durante toda a década dos 90, com a conseqüente perda de soberania econômica e o controle sobre nossa política monetária e fiscal. Diante do acordo realizado por FHC com o FMI, logo após a eleição do segundo mandato, e sem dúvida o mais duro e humilhante já firmado pelo Brasil, a tal ponto de se negociar com essa instituição até alguns dos termos do discurso que FHC pronunciou em setembro de 1998.

Ser “acusado de rebelde sem causa” por não aceitar uma política de desmantelamento dos principais órgãos decisórios de planejamento do nosso Estado, e a redução da capacidade de formular políticas de desenvolvimento, abdicando da soberania de fixar os rumos de nossas transformações e do nosso desenvolvimento.

Como não se rebelar pela venda a preço fortemente rebaixados das principais estatais negociadas no biênio 1997-1998, os cortes nos gastos sociais e no investimento público que elevam o quadro de abandono social e o crescimento da exclusão no Brasil.

Será que sou “rebelde sem causa” por ser contra a desestruturação, desnacionalização e fechamento de empresas da cadeia produtiva nacional, em nome da eficiência, produtividade e competitividade?

**Sou um “rebelde com causa” por não aceitar o desânimo e falta de visão das elites e partidos progressistas diante do quadro atual, e por não apresentarem nenhuma proposta de política alternativa.** Desse modo, como se fosse um Estado monopartidário, o resultado

*“... a principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global.”*

urnas em nada modifica a condução da política econômica e social do Estado Brasileiro.

Sempre serei um “rebelde com causa” porque sou contra a pressão e discurso liberal arrogante e desqualificador que tenta, a todo custo, desmobilizar, desfazer e diminuir qualquer ação de resistência interna. Como tão bem afirma Michel Chossudovsky (In: A Globalização da Pobreza. 1999:34- Moderna, um excelente livro que o Doutor deveria ler): Desde início da década de 1980, o discurso econômico dominante tem aumentado sua influência nas instituições acadêmicas e de pesquisa em todo mundo: a análise crítica é fortemente desestimulada; a realidade social e econômica deve ser vista através de um único conjunto de relações econômicas fictícias, cuja finalidade é dissimular as manipulações do sistema econômico global. Estudiosos das principais correntes econômicas produzem teoria sem fatos (“teoria pura”) e fatos sem teoria (“economia aplicada”). O dogma econômico dominante não admite nem divergência nem discussão sobre seu paradigma teórico básico: a principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global. Da mesma forma, intelectuais do Terceiro Mundo são cada vez mais recrutados para apoiar o paradigma neoliberal; a internacionalização da “ciência” econômica apoia sem reservas, o processo de reestruturação econômica global.

Não devemos nos rebelar contra a inconsequente política de abertura econômica, câmbio valorizado e des-

valorização cambial de 1999, que viabilizou uma astronômica fuga de recursos da nossa economia? Nesse processo, o cofre do BACEN foi alvo de um verdadeiro “saque” realizado pelos “especuladores institucionalizados”, com a conivência tácita do Governo, pois esses especuladores já sabiam que a moeda seria desvalorizada após as eleições presidenciais de outubro de 1998.

Ser acusado de “rebelde sem causa” por não concordar com a elevada regressividade fiscal, devido ao Governo Federal ter adotado a alternativa de alargamento do campo de incidência das contribuições sociais, seja através da criação de nova contribuição, seja por intermédio da majoração de alíquotas, e dessa forma piorar a qualidade do sistema, é lamentável. Ao mesmo tempo em que eleva a cobrança de impostos de seus cidadãos, o Governo fornece “favores” e subsídios aos grandes negócios internacionais.

Sou “rebelde sem causa” devido ao nosso modelo privatizante apresentar como resultado conflitos entre consumidores, governo e as empresas privatizadas, pelo não-cumprimento de metas e as deficiências em vários serviços? Esses conflitos denunciados na imprensa compreendem desde as reclamações de usuários pela deterioração dos serviços (energia e telecomunicações principalmente), como também decisões abusivas (alto número de pedágios em rodovias privatizadas) e mesmo de metas não cumpridas com o governo (ferrovias).

Só os que não se rebelam estão felizes com a política de livre movimento de divisas estrangeiras dentro e fora do país, através de transferências eletrônicas, que permitem não somente, que companhias estrangeiras repatriem livremente seus lucros em divisas estrangeiras, mas também estimulam a “repatriação do capital evadido”, ou seja, o retorno do “dinheiro sujo” (produto do comércio ilegal e/ou de atividades criminosas, narcotráfico, etc) e do Black Money” (dinheiro que não pagou imposto), oferecendo às classes sociais privilegiadas um conveniente mecanismo para lavagem de grandes somas de dinheiro obtidos ilegalmente.

Todavia, sou “rebelde com causa” por ser contra as políticas econômicas medíocres desde o

início dos anos 80, que nos tornou simples exportadores de capital para os países ricos – o fluxo dos serviços da dívida real excede os novos fluxos de capital – e que nos mantém numa “camisa-de-força” que impede de lançarmos uma política econômica nacional independente.

**Sou “rebelde com causa” por denunciar que o atual modelo serviu para ampliação da violência, delinquência e a escalada no número de assassinatos em todo o país, apresentando números que fazem frente à de grandes conflitos entre as nações.**

Sou um rebelde que ainda sonha com uma sociedade mais justa, mais humanitária, mais solidária e mais cidadã. Postulo pelo exercício de uma política condizente com a busca do interesse social. A busca de uma sociedade em que os seus membros satisfaçam apropriadamente as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e um mínimo de bens culturais (Furtado, 1992). Um rebelde que defende a globalização da cooperação entre os povos, da distribuição da riqueza, da inclusão social. Como se vê, esse posicionamento, se contrapõe frontalmente ao ponto de vista de meu “crítico”.

Por tudo assinalado, observamos um quadro de desemprego, a deterioração da renda das famílias, a piora dos serviços públicos sociais de saúde, educação, etc., como principais elementos responsáveis pela profunda deterioração social em que vivemos. Esse quadro é a mola propulsora da violência, do tráfico, da prostituição e da corrupção que atinge o espaço urbano e parte do rural no Brasil e na América Latina. A diferença do crime, da contravenção, da insegurança e da injustiça entre os diferentes países é apenas de grau (Cano, 2000). **Nesse quadro de guerra civil a brasileira está faltando rebelde. São muitos os que preferem os holofotes da mídia, o aplauso fácil. “Na vida prática, tem uma porção de espertalhões que trata de alugar a bom preço a sua inteligência aos ricos e privilegiados, na esperança, evidentemente de se tornar um deles”** (Cardoso de Mello, 1999:182).

Gostaria também de indicar a meu crítico a leitura dos professores Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, intitulado “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”, In: História da Vida Privada no Brasil 4 (Nova Fronteira). Dessa forma, poderá entender as cinco dé-

cadadas, e o significado da salada que inclui a imprensa, as elites e a classe operária, além da influência da cultura americana e capitalismo selvagem. **Pelo posicionamento do professor, constato que é absolutamente inacreditável a ignorância que parcela significativa de segmentos pertencentes à chamada elite demonstra ter da história e da realidade brasileira.** (Pinto, 1997)

A crise dos anos 80 revelou o fim do modelo anterior apoiado no tripé capital externo, capital privado nacional e gasto público, alavancado pelo elevado imposto inflacionário. O Governo Collor e os seguintes, implementaram somente reformas na linha do Consenso de Washington. É esse o sentido do **projeto nacional liberal** em curso, que meu “crítico” teima em não querer ver. O que é mais triste, por chamá-lo de **projeto nacional** não quer significar ou quer dizer que esse defenda os interesses da nação. Se retornarmos ao período da ditadura, lembramos que os militares, associados à iniciativa privada nacional, até apresentaram o projeto Brasil-Potência Mundial Emergente (Brum, 1985). Na década atual ocorre a desistência total de construção da nação e a entrega ao capitalismo externo.

É justamente por discordância e contra esse processo de abertura desenfreada (que agravou a instabilidade da nossa economia), privatização questionável e irresponsável (gostaria de indicá-lo a leitura dos livros “O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado” e O Brasil Privatizado II- o assalto das privatizações continua, ambos de Aloysio Biondi), desregulamentação da economia (principalmente do mercado de trabalho), que pregamos por **um projeto nacional de desenvolvimento novo e alternativo**. Pois, como nosso crítico deveria saber, nessa inserção no processo de globalização, não procuramos manter o mínimo de autonomia e liberdade no direcionamento do nosso desenvolvimento. Nos anos 90, o desenvolvimento nacional ficou subordinado a apenas as leis de mercado e/ou a pequenas ações dos governos estaduais e municipais tipo “Guerra Fiscal”.

Queira ou não o meu crítico, a adesão ao capitalismo global foi a opção dos anos 90. Teve origem em Collor, mas apenas conseguiu se materializar a partir da coalizão política alcançada na figura de FHC. A

adesão à linha liberal é a opção pela entrada no mercado mundial como este se apresenta. E entrar no “mercado” nada mais significa do que aderir ao movimento do capital, agora extremamente centralizado em fortes oligopólios que controlam o mercado. Defender esse “mercado” é apoiar o movimento autônomo do capital em seu processo de acumulação, submetendo-se a ele. Essa foi a opção de FHC, talvez acreditando que essa integração levaria o Brasil ao bloco de países centrais. (Sawaya, 1999). **Espero que com esse último parágrafo fique claro para meu “crítico” qual é o projeto nacional em execução.**

Infelizmente não sou tão brilhante a ponto de ser um “rebelde sem causa” solitário. Existe no Brasil uma diversidade de cientistas sociais que há bastante tempo vêm alertando, esclarecendo e apresentando suas opiniões e idéias acerca de todos esses problemas econômicos e sociais do nosso país. Cientistas sociais e pensadores das mais diferentes correntes de pensamento que alertam para essa inserção passiva do Brasil. Minha dívida para com esses pensadores é enorme. Dentre eles, destaco Celso Furtado, Antonio Delfim Neto, João Sayad, Paulo Nogueira Batista Jr., Reinaldo Gonçalves, José Carlos de Assis, Paul Singer, Milton Santos, Francisco de Oliveira, Marcio Pochmann, Jorge Mattoso, Ricardo Carneiro, Samuel Pinheiro Guimarães, José Carlos Souza Braga, Wilson Cano, Theotônio dos Santos, Cláudio Salvador Dedecca, Aloysio Biondi, Carlo Lessa, Maria da Conceição Tavares, Aloizio Mercadante, Luciano Coutinho, José Luís Fiori, Luis Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Roberto Mangabeira Unger, Tânia Barcelar, Clovis Rossi, Carlos Heitor Cony e muitos outros. É um time composto de gente da mais alta qualidade.

Continuemos: o prof. William Bandeira preocupado em mostrar os defeitos do meu artigo continuou incorrendo em erros graves para um professor tão “renomado e de prestígio”. A falha seguinte foi quando o professor quis contrariar e desmentir diversas pesquisas que demonstram e afirmam ter a política de atração de capitais se concentrado em privatizações, e fusões e aquisições de empresa - Laplane & Sarte (1997); Laplane & Sarte (1999); CNI/CEPAL (1997); Moreira & Correa (1996); Gonçalves (1999); Carneiro (1999); Lacerda (2000); Barroso & Pereira de Melo (2000); Comin (2000). Como se

tratasse de profissional inexperiente, defendendo o ponto de vista no qual a política de atração de capitais externos ampliou a capacidade produtiva da economia brasileira embasando-se unicamente na afirmação de que: "pode ser facilmente contestada somente olhando para o setor de telecomunicações, o qual aumentou fortemente o número de telefones em uso".

O erro posterior: esquecendo que havia desqualificado a leitura de jornais e outros veículos de comunicação para se entender economia, e, em vez de procurar um trabalho científico de qualidade, apresenta e utiliza somente tabela contida em reportagem da revista *Veja*: A Grande Fogueira das Bobagens (Nº. 40, 4/out. 2000, p.193/194) e de conclusão da Fundação Heritage (?), (também na revista *Veja*), para contestar o crescimento do total de pessoas que vivem com menos de US\$1,00 por dia no mundo e ver enormes benefícios no processo de integração passiva na globalização.

Chega a ser impressionante, para não dizer ridículo, a falta de sensibilidade, o desconhecimento da história do capitalismo e de seu funcionamento e o uso do citado artigo por um economista com o título de Dr. pela Unicamp. A reportagem querendo criticar as reações que vêm pipocando em vários pontos do mundo (Ex: Seattle, Washington, Melbourne, Praga) e, principalmente durante as reuniões de cúpula do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, apresenta uma caricatura e um quadro distorcido da realidade atual da globalização.

Acreditar nas afirmativas e "globobagens" encontradas no citado artigo, é uma tarefa para um economista principiante. Termos como "capitalismo ostra" para a fase de maior e mais elevado crescimento da economia capitalista (The Golden Age ou os Trinta anos Gloriosos) feita por um economista americano chega a ser bizarro. Afirmar que a fase liberal 1840/1914 acabou devido à paranóia nacionalista que levou à 1ª. Guerra mundial é outra asneira, afinal, qualquer aluno da graduação de Ciências Econômicas da UFPI sabe que a intervenção do Estado veio salvar o capitalismo liberal de mercado de sua mais grave crise durante os anos 30. Atribuir as melhorias e ganhos no campo social (esperança de vida, renda per capita, etc.) ao funcionamento do mercado

livre ou a globalização é patético.

No decorrer do período liberal, 1860 a 1914, o comércio internacional não cresceu mais rapidamente do que os produtos internos dos países. Durante esse período, para a maioria dos países capitalistas em via de industrialização (com exceção do Reino Unido), o comércio exterior ainda era caracterizado por uma lógica de importação de recursos complementares.

Foi somente a partir do crash de 1929 e do começo da grande crise que um conjunto de países industriais viram na exportação uma maneira de "exportar o desemprego" e compensar a queda de demanda interna (mesmo erguendo fortes barreiras protecionistas). Dessa forma, desde o fim da segunda guerra, as taxas anuais de crescimento dos fluxos mundiais, reais e monetários, têm crescido a taxas mais que proporcionais às de crescimento do PNB mundial. Essa diferença entre o crescimento do comércio mundial e do PIB dos países participante atenuou-se a partir da recessão de 1974-75 no fim dos "Trinta Anos Gloriosos".

No decorrer do período dos anos 80 e começo da década dos 90, o comércio retoma o crescimento mais rápido do que o dos PIB, e o fluxo financeiro globalizado aumentou a taxas ainda mais elevadas. Entre 1980 e 1992, o crescimento dos ativos financeiros foi elevado e em 1992 os ativos acumulados eram o dobro do PNB acumulado de todos os países da OCDE juntos, e treze vezes mais do que suas exportações totais. (Chesnais, François "A Mundialização do Capital", Xamã, 1996. Outro livro que meu crítico necessita ler).

Para um economista experiente e com título de Dr. pela Unicamp, acreditar numa reportagem que, às vezes de forma grotesca, exagera no alcance e novidade que representa o processo de globalização em curso é lamentável. A reportagem chega a enxergar até as conquistas do Welfare State (Estado Providência), ou seja, as conquistas democráticas do tipo social em matéria de legislação trabalhista, saúde, assistência social e ensino público, como decorrentes do processo de desaparecimento da intervenção estatal no campo das relações econômicas internacionais dos últimos vinte anos.

Quanto aos dados estatísticos, nem a reportagem consegue camuflar o que até o Banco Mundial e a ONU

admitem: a pobreza e a desigualdade social aumentaram nos últimos 20 anos. O articulista usa subterfúgios como "desde 1995 o número de pessoas vivendo na miséria absoluta cresceu de 1 bilhão para 1,2 bilhões", ou "quando se compara esse número com o crescimento da população como um todo, descobre-se que a pobreza cresceu num ritmo menor". O articulista usando o mesmo discurso utilizado pelas instituições de Bretton Woods procura enfatizar "argumentos contrários aos fatos", empregando afirmações de "que a situação é ruim, mas seria muito pior se as medidas não tivessem sido adotadas, ou se não existisse a globalização" (World Bank, 1994).

Esqueceu, nosso professor, que dados estatísticos podem ser usados, apresentando alguns resultados que o pesquisador objetiva. Para responder a meu ilustre crítico, não vou nem usar a tese do professor Michel Chossudovsky (1999) segundo a qual os números do Banco Mundial servem ao útil propósito de representar o pobre nos países em desenvolvimento como um grupo minoritário. Assim, embora as disparidades sociais e de rendas entre as nações e dentro destas tenham se ampliado, a realidade da pobreza mundial é cada vez mais dissimulada pela manipulação das estatísticas de renda.

Responderei o seguinte: como o Dr. William Jorge Bandeira deveria saber, o uso de dois pesos e duas medidas é abundante nas "medições científicas da pobreza". Até a pouco tempo, o Leste Europeu e a União Soviética eram considerados partes do Norte desenvolvido, isto é, com níveis de consumo material, educação, saúde, desenvolvimento científico, etc. amplamente comparáveis aos existentes nos países da OCDE. Embora as rendas médias estivessem no todo mais baixas, os estudiosos do Ocidente, não obstante, reconheciam os feitos dos países do bloco oriental, particularmente nas áreas de saúde e educação. Hoje, empobrecidos pelas reformas patrocinadas pelo FMI, são classificados pelo Banco Mundial como economias em desenvolvimento ao lado dos países de "baixa e média renda" do Terceiro Mundo.

Temos ainda o exemplo da estimativa que o Banco Mundial faz para América Latina e o Caribe. Essa instituição apresenta dados de só 19% da população dessa

região são pobres. Uma grosseira distorção, quando sabemos de fato que nos Estados Unidos (com renda per capita anual de aproximadamente US \$ 20 mil) o Escritório do Censo dos Estados Unidos estimou o nível de pobreza no país em 18,2%, e uma estimativa oficial mais recente confirma um nível de pobreza da ordem de 20%.

No que diz respeito aos dados da tabela que meu crítico apresenta partem de um período de elevadas quedas nos padrões de vida tanto no Sul como no Leste do Planeta. Desde o começo dos anos oitenta, com a crise da dívida externa e a crise do Leste comunista, foi elevadíssima a compressão dos padrões de vida (sem falar na falência das instituições) do Sul e Leste, consideravelmente maior do que a experimentada pelos países ricos durante os anos 30. Como é do conhecimento de todos, o quadro da América Latina na década de 80 foi dos piores, vivíamos a chamada "década Perdida". Assim, se os dados apresentados (que na tabela se não piorou está no mesmo ponto deprimente) fossem comparados aos de antes da Crise da dívida, o quadro daria resultado piores.

Pelo apresentado para a América Latina dá para perceber que dependendo do ano de referência que partimos teremos um resultado % diferente. Vejamos como exemplo o estudo do prof. Wilson Cano (2000:63) da UNICAMP, sobre alguns países do continente latino-americano: "Entre 1990 e 1994, embora a pobreza e a indigência da população urbana tenham diminuído de 36% e 13% para, respectivamente, 34% e 12%, ambas se mantiveram muito acima dos níveis de 1980 (25% e 9%). Com a população rural, o quadro ainda é pior: entre 1990 e 1994, a pobreza cai de 56% para 55% e a indigência se mantém (33%); em relação a 1980, ambas também pioraram".

Somente esquecendo de todas essas questões por mim assinaladas, posso concordar com meu "crítico" num ponto. Ao analisar os dados da tabela apresentada em Veja percebe-se que a incidência da pobreza parece ter diminuído. A percentagem da população que vive com menos de 1 dólar por dia caiu de 28,3% para 24% no período 1987-98. Não obstante, esse resultado não foi suficiente para fazer cair o número absoluto de pobres, que na verdade cresceu de 1,2 bilhões em 1987 para 1,5 bilhões atualmente. Assim, a glo-

**balização pode até ter ajudado a reduzir o aumento da pobreza, mas não foi suficiente para reduzir o número absoluto de pobres no mundo.** Diante desse quadro, somente se o crescimento mundial se acelerasse estaríamos eliminando o número crescente de pobres acumulados e esse número poderia ser reduzido em termos absolutos. Todavia, o progresso na distribuição da renda poderia ser tão eficaz contra a pobreza quanto o crescimento. Essas políticas poderiam até mesmo complementar-se. (Londão. 1997).

Nesse quadro, a globalização necessária, como já assinalado, deveria ser diferente. Quanto a pesquisa da Fundação Heritage (?), para dizer o mínimo, essa desconhece a própria dinâmica atual do processo de globalização. Incorre em erro ou má fé ao achar que os países ficaram fora da globalização por decisão própria (afinal na mesma reportagem encontramos o seguinte: São nações, quase todas da África, que não importam, não exportam, não atraem capital nem têm moeda transacionável. Para esses povos, participar da globalização é a única chance de sair do buraco). Assim, até a reportagem percebe e confirma a afirmação de François Chesnais (1999), de que a globalização tem os traços característicos do contexto macroeconômico mundial dos anos 90, o de colocação de regiões inteiras do globo à margem do sistema das trocas internacionais. Queria lembrar ao Dr. William Bandeira que a tendência da globalização é a da concentração geográfica, na medida em que as atividades financeiras, tecnoprodutivas, comerciais, científicas e culturais concentram-se

*"a globalização tem os traços característicos do contexto macroeconômico mundial dos anos 90, o de colocação de regiões inteiras do globo à margem do sistema das trocas internacionais."*

nos países da chamada Tríade - Estados Unidos da América, Japão e Europa (Petrelia, 1996).

À concentração geográfica adiciona-se à centralização do capital em escala mundial, este se dando através do acelerado processo de aquisições e fusões dos capitais. Finalmente, podemos acrescentar ainda o aspecto da autonomização do capital financeiro em relação às economias nacionais bem como ao capital produtivo, fato que coloca em risco a própria consistência da globalização (Amaral Filho & Pereira de Melo. 1997).

Por essa via, queremos mostrar que "não é que os países se excluam desse processo; estes são incluídos ou não dependendo do interesse do capital". Todavia, tal dinâmica não impede que determinados países (China, Brasil, Índia, etc.) possam utilizá-la em benefício próprio, controlando o processo de globalização (principalmente o capital financeiro) em proveito e no interesse da nação. Acrescento mais, diz-se que a globalização muda tudo. Todavia, sua difusão nos diversos continentes não é igual. Curiosamente, os países centrais, propulsores do modelo, são os mais reticentes em aceitá-la por inteiro, enquanto a América Latina mostrou-se mais uma vez um continente aberto. Ela já se havia "europeizado" e agora, quase sem retoque, decide "americanizar-se". Aliás, **"o Brasil é um dos campeões na aceitação sem reservas da opção globalitária"** (Milton Santos, 2000). Desse último pensador seria bom meu "crítico" ler: Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal, Record, (2000).

O ponto seguinte, concluído que eu apresento dados favoráveis à globalização incorre em nova falha e agride ao processo da lógica formal. O raciocínio de meu "crítico" parte do ponto errado:

- 1) a comparação que deve ser realizada é entre as taxas de crescimento dos países desenvolvidos e países emergentes (ufanismo para países subdesenvolvidos);
- 2) comparar a taxa de crescimento dos países desenvolvidos e emergentes com a dos países pobres (com pouco interesse para o capital financeiro atual) não significa dizer que os emergentes reduziram a diferença com os países ricos (aliás, como os países pobres apresentam deficiências enormes dificilmente teriam condições de melhorar);

3) o meu crítico não consegue negar e quer camuflar que o crescimento de 2,2% dos países desenvolvidos, contra os 1,8% dos países emergentes aumentou o fosso ou à distância entre as nações mais ricas e as nações emergentes, (e o que é pior, mais ainda com relação às nações excluídas pelo capital nessa fase de medíocre crescimento da economia mundial);

4) diferente do colocado pelo Prof. William Jorge Bandeira, não há nada que prove ou garanta que estes países que se integraram ao processo de globalização melhoraram suas economias.

Com relação a esse quarto ponto e para a América Latina, gostaria de indicar a meu "crítico" a leitura do livro do professor Wilson Cano da UNICAMP, "Soberania e Política Econômica na América Latina", UNESP, 2000; pelo qual tenho uma dívida enorme pelas influências e subsídios. Outro excelente trabalho, "A Hipótese da Convergência: uma análise empírica entre os países 1950-1992" (2000), dos professores Manuel Bosco de Almeida (CAEN/UFPA) e Almir Bittencourt da Silva (UFPI/Doutorando CAEN), constata a reduzida mobilidade no ranking dos países.

Neste último trabalho, os dois professores concluem que os resultados encontrados para uma amostra compreendida para o conjunto de todos os países não indicam a existência de manifestações de convergência, ocorrendo, ao contrário, um processo de divergência nos níveis de produto *per capita* (nítido crescimento da heterogeneidade nos padrões de crescimento econômico). Adotando-se por outro lado, o critério de divisão dos países em grupos de países ricos, países de renda média e países pobres, segundo critério do Banco Mundial, constata-se a formação do que se convencionou denominar de "clube de convergência" em que países com características econômicas semelhantes convergem para *steady-states* comuns.

Para o grupo de países ricos, a introdução das variáveis auxiliares – educação e grau de abertura – que não produziram qualquer alteração relevante nos resultados da estimação. Porém, os resultados dos dados para subperíodos entre 1960 e 1990, o variável grau de abertura resultou constituir explicativa importante na taxa de convergência dos países ri-

cos, na medida em que se consideravam subperíodos mais recentes, sugerindo que a política de liberalização do comércio, implementada em anos recentes impulsionou a taxa de convergência entre os integrantes desse grupo. No que diz respeito aos países de renda média e países classificados como pobres, as regressões feitas não resultaram em qualquer alteração significativa nos resultados obtidos e/ou não se mostraram estatisticamente significativas.

No que diz respeito as minhas deficiências, poderia, parafraseando o prof. Luiz Gonzaga Belluzzo da UNICAMP (2000), objetar que "o espaço que o Informe Econômico generosamente me concedeu não foi, no entanto, o bastante para suprir minhas deficiências de idéias e estilo". **Porém, possuir ou não um estilo adequado não é desculpa para renunciar ao combate, tentar esclarecer, ensinar aos alunos e falar da necessidade de um projeto nacional e regional coerente, cuja realização supõe o abandono da estratégia de inserção passiva.** O motivo é simples: não se pode ignorar o fato de que diferentes tipos de economia nasceram devido a distintas diversidades culturais, ou seja, não existe um único modelo econômico que possa ser adaptado facilmente aqui e ali, para servir a esse ideal chamado "globalização" (John Gray, 1999).

É nessa linha que pensamos. Sabemos que ninguém é ingênuo de imaginar que a reforma da sociedade, em um regime democrático, possa ser obtida e se realize de uma noite para o dia. Contudo, quanto maior e mais cedo for iniciada uma luta contra o atual modelo econômico, talvez possa bloquear o processo de desnacionalização em curso e assim, reconstruir nossa nação. Com esse objetivo um dos pontos mais importante é a educação. Para que ensinemos as pessoas a se manterem críticas, atentas e venham a entender e influir no destino da nação. Afinal, a grande maioria dos nossos economistas, equipe economia de plantão e (de) formadores de opinião continuarão repetindo impassivelmente os slogans ufanistas de sempre sobre a "nova realidade internacional" na qual o Brasil tem de se adaptar para não ficar a "margem do mundo" (Batista Jr. 1999).

Finalizando, quem escreve está sujeito a críticas. A boa crítica é sau-

*"...diferentes tipos de economia nasceram devido a distintas diversidades culturais, ou seja, não existe um único modelo econômico que possa ser adaptado facilmente aqui e ali, para servir a esse ideal chamado 'globalização'."*

dável e faz caminhar a ciência. Ninguém é dono absoluto da verdade. Todavia, meu "crítico" demonstrou uma dose elevada de falta de conhecimento e "imaginação". Apresentou antes de tudo, arrogância, falhas enormes, desatualização e obsolescência precoce (observação: boa parte do material questionando a globalização existente, hoje em dia, vem justamente da UNICAMP, onde o professor William Jorge Bandeira se doutorou).

Apesar de sabedor de uma possível trépica, dou por encerrado essa questão pois esse Informativo:

1) não é local para brigas ou medir forças entre os professores do Departamento de Economia da UFPI;

2) deve servir para esclarecer aos alunos dessa universidade e à comunidade piauiense;

3) atendendo ao pluralismo do atual currículo, todas as correntes devem ter direito a espaço para expressar suas idéias;

4) deve cumprir o Novo Código de Ética do Economista, que apresenta como deveres especiais em relação aos colegas, evitar referências prejudiciais ao seu conceito ●

---

\*Samuel Costa Filho é professor de Economia do Departamento de Economia/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP